

Cemoroc Clássicos

Antropologia do Crer

Josef Pieper¹

Resumo: Conferência filosófica clássica de Josef Pieper sobre o alcance e os pressupostos antropológicos do ato de crer.

Palavras Chave: crer. fé. antropologia filosófica. virtudes teológicas.

Abstract: Classical philosophical lecture by Josef Pieper on faith and its anthropological background.

Keywords: faith. philosophical anthropology. theological virtues.

I

Se alguém me pergunta: “Você crê nisto?” – o que exatamente ele quer saber de mim? Alguém me dá uma notícia para ler, ou a lê para mim e, visivelmente ele a tem por espantosa, por improvável; e então olha-me no rosto e pergunta: “Você crê nisto?”

Evidentemente, o que ele quer saber é se eu dou a notícia por certa, por verdadeira; se aceito o que lá está relatado como real.

Ora, pensando em termos puramente abstratos, há para mim diversas possibilidades de resposta, para além do sim ou do não. Posso, por exemplo, dar de ombros e dizer: “Não sei, pode ser verdade como pode não ser”. Posso ainda dizer: “Penso que é correta, se bem que, naturalmente, não posso ter absoluta certeza de que as coisas não tenham se passado de outro modo”. Talvez eu diga com absoluta segurança: “Não, não a aceito como verdade” ou, formulando de modo positivo: “Tenho-a por falsa, por um erro, talvez uma mentira, uma blague”.

Mas meu “não” poderia ainda significar outra coisa, a saber: “Você me pergunta se eu creio no que está dito aí. Você achará engraçado: não, não creio, ainda que afirme que a notícia é verdadeira”. É que eu, por acaso, presenciei o fato narrado pela notícia, vi-o com meus próprios olhos e portanto, não creio mas *sei* que ela é verdadeira.

Finalmente, dá-se ainda a possibilidade de que eu, após alguns instantes, diga: “Sim, creio que as coisas se passaram exatamente como está narrado aí”. Talvez só diga isso depois de verificar quem é o redator ou qual o jornal que publicou essa notícia.

Com isso viemos dar, inadvertidamente, com as quatro clássicas formas fundamentais de tomadas de posição diante de uma situação, a saber: duvidar, opinar, saber, crer.

¹. Renomado filósofo, catedrático da Universidade de Münster, falecido em 06-11-97. O original encontra-se em “Glauben, Hoffen, Lieben” Freiburg: Informationszentrum Berufe der Kirche, 1981. Trad.: Jean Lauand.

Aquele que sabe e aquele que crê têm algo em comum; ambos dizem: “Sim, isto é assim e não de outro modo”, isto é, ambos, sem reservas, têm o conteúdo objetivo de que se fala por verdadeiro e real.

Mas fé e saber, aquele que sabe e aquele que crê, diferenciam-se num outro ponto muito importante: o que sabe, conhece bem o conteúdo do informe; já o que crê, não conhece propriamente esse conteúdo. E como então pode ele dizer: “Sim, isto é assim e não de outro modo”? Nesse ponto reside toda a problemática do conceito “crer”, e não só a do conceito mas também a da prática da fé. A dificuldade teórica de como se deve conceber a estrutura do ato de fé e também a dificuldade prática de como se pode justificar, realizar e responder pela fé como ato vital.

Minha resposta à questão: “Como pode aquele que crê dizer: sim, isto é assim e não de outro modo?”, minha resposta é: ele pode dizer isso porque se fia em outro que afirma o fato. Ao contrário de quem sabe, o que crê não tem que ver só com o fato, com o *algo* anunciado; ele, além disso – e até principalmente – tem que ver com um *alguém*, com a pessoa que dá testemunho, que anuncia, e na qual ele, que crê, confia.

II

Ad fidem pertinet aliquid et alicui credere. Nesta pequena sentença, os antigos expressaram a essência do ato de fé. Fé é: *Crer em algo expresso por alguém.*

Curiosamente, sempre de novo, sobretudo nos debates teológicos, tem-se considerado que estes dois elementos do conceito (por um lado, ter por verdadeiro o conteúdo do enunciado; por outro, o assentimento confiado a uma pessoa) sejam por natureza dissociáveis. Martin Buber, por exemplo, afirmou que, na concepção judaica, a fé aponta para o elemento pessoal; enquanto a fé – como ele diz – greco-cristã enfatizaria exclusivamente o conteúdo.

Na verdade, porém, o que sempre se tem dito na grande tradição do pensamento cristão é: “Aquele que crê aceita o depoimento de alguém” e “A fé dirige-se sempre a uma pessoa”. Duas citações: a primeira procede de Tomás de Aquino; a segunda, de Lutero. Com isso se mostra que, seja como for, neste ponto não há divergências entre o modo de ver do reformador e o do último grande mestre da cristandade ocidental ainda não dividida.

Ora, naturalmente, este enlace entre “crer algo” e “crer em alguém” não deve ser entendido como uma amorfa contiguidade. Quem em sentido próprio crê, aceita um conteúdo como verdadeiro, como real, pelo testemunho de alguém; assim, a razão de que eu creia em *algo* é que creia em *alguém*. Quando isso não ocorre é que se trata de outra coisa, mas não de fé em sentido próprio.

Um delegado, por exemplo, que interroga os componentes de uma quadrilha, pode muito bem chegar a convencer-se de que este ou aquele depoimentos são válidos, e, assim, ter por verdadeiro algo que outro disse, mas aí não se trata de crer: ele não confia nos acusados.

Se ele tem por verdadeiros alguns depoimentos não é por crer nos acusados, mas sim, talvez, porque esses depoimentos - que devem ser feitos independente e separadamente - coincidem e não podem, portanto, estar carentes de fundamento.

E não é raro ocorrer que também no âmbito religioso se tenha por “crer” algo que na realidade é totalmente diferente da fé. E talvez, se engane aí até mesmo aquele que se pretende ser alguém que crê: ele aceita o ensinamento do cristianismo, ou uma parte dele, mas *não* porque essa doutrina seja testemunhada e afiançada pelo *Logos* de Deus que se revela, e sim por achar, digamos, imponente a unidade da doutrina, ou

porque o fascina a grandiosidade da concepção, ou porque se ajusta às suas próprias especulações sobre o mistério do mundo.

Esse homem, certamente, possuiria o conteúdo da fé cristã e o teria por verdadeiro mas – como certa vez se expressou Tomás de Aquino – *alio modo quam per fidem*, de outro modo que não o da fé.

E pode ser que enquanto estejam ausentes grandes tribulações de ânimo ele se tenha por um fiel cristão e também seja assim considerado pelos outros. Até o dia em que se dá um conflito, e o que até então era tido por verdadeiro subitamente vem abaixo e termina.

Mas isso que dessa maneira, como se diz, “desmorona”, pode ser várias coisas: um modo próprio de filosofia de vida, uma ideologia qualquer do bel-prazer pessoal, respeito pela tradição, gosto pelo conservadorismo; mas nunca fé em sentido estrito.

III

Um elemento essencial do conceito “crer” vem expresso numa precisa sentença clássica de Agostinho: *Nemo credit nisi volens*, ninguém crê a não ser por livre vontade.

Para muitas coisas pode o homem ser forçado, muito pode ele fazer constringido; mas crer, só o pode se quiser. Nesse ponto dá-se uma surpreendente unanimidade de Agostinho e Tomás de Aquino a Kierkegaard, John Henry Newman e até mesmo André Gide. Nos últimos escritos – ainda mais tardios que o famoso *Diário* – diz Gide: “Há nas palavras de Cristo mais luz do que em qualquer fala de homem. Isto (e Gide claramente quer dizer: pensar nisto, afirmar isto), isto contudo não basta para se ser cristão. Para tanto, se requer ainda algo mais: crer. Ora, eu não creio”.

Que significa tudo isso? Significa: há algo que um outro diz e que se considera interessante, sábio, importante, genial, ou talvez simplesmente verdadeiro; e pode alguém sentir-se arrastado a aceitar o que é expresso, com toda a sinceridade; mas uma outra coisa, totalmente diferente, é assumir o mesmo conteúdo por fé no depoimento do outro. Para tanto, é necessário – como diz Gide – “algo mais”: fazer um livre e voluntário ato de assentimento. Assentimento à pessoa do outro que falou isto e aquilo; quer dizer, deve-se estar do seu lado, dizer sim a ele, amá-lo.

We believe because we love, cremos porque amamos. Não se pode obter fórmula mais breve e precisa do que esta de John Henry Newman nas conferências na Universidade de Oxford. Mas não será isto – poder-se-ia objetar – um exagero romântico? Não será “amor” palavra grandiosa demais para aplicar a um fato tão comum como o de um homem acolher algo de outro, crer nele?

Antes de aceitar essas objeções, deve-se, ao que me parece, procurar ver o fenômeno “crer” – também no seu modo de realizar-se no quotidiano – sobre o escuro pano de fundo de uma realidade contrastante.

Um contraste que de modo algum é alheio à nossa experiência. Estou pensando na vida de relações humanas sob as condições de um poder tirânico onde, como se costuma dizer, “ninguém pode confiar em ninguém”: neste caso seca e emudece a comunicação simples e espontânea e mesmo que se receba alguma informação não se sabe se se pode ou não crer nela.

Quem pensa nisto (ou disto se recorda!...) repara subitamente quão grande comunhão, solidariedade humana e mútua afirmação vem no bojo do corriqueiro fato de que os homens falem entre si com simplicidade, que um ouça ao outro e, como atitude básica – por assim dizer, até que se prove o contrário – confie nele, creia nele.

Amor pode até ser uma palavra um tanto grandiosa demais para designar essa mútua abertura de vontades, mas imprópria não é.

Através dessa confiada afirmação do interlocutor efetua-se uma comunhão – não há, aliás, outra forma de a comunhão se realizar – uma comunhão de posse. O que ouve, o que crê, participa do conhecimento que tem o que sabe. E quando, na tradição teológica, se diz que a fé nos liga e nos traz o contato com o saber de Deus, com isso se indica de modo muito preciso uma chance; uma chance que se abre a cada um que crê n’Aquele que é digno de fé: a chance de ver (o que com os próprios olhos jamais poderia), com o olhar de Quem – sem intermediários – vê e sabe.

E com Quem o que crê se identifica pelo amor.

IV

Não é por acaso que quando sem acréscimos ou complementos se fala da fé, de um “homem que crê”, ou quando se diz “Fulano não crê”, pensa-se sempre no significado religioso do conceito “crer”. No entanto, não é como se tivéssemos que dar um passo mais no caminho já percorrido com o que até agora dissemos sobre o “crer” para com isso atingir o conceito de fé religiosa.

É certo que continua vigente tudo que dissemos para a delimitação dos elementos conceituais. Crer, quer se trate de fé religiosa ou não, significa: aceitar algo inabarcável como verdadeiro e real pelo testemunho de outro, de alguém que tem conhecimento próprio do objeto. Permanece também em vigor que “crer” e “dar crédito” são, para as relações humanas, algo necessário e pleno de sentido, e, além disso, em geral, evidentes.

Mas com isso não se mostrou ainda que a fé religiosa seja igualmente necessária e plena de sentido. E no que diz respeito à evidência vale antes o contrário.

Porque a primeira reação a que se inclina o homem ante o salto que na fé religiosa lhe é exigido é precisamente a de não o dar. Pois, de fato, o que se requer não é um passo a mais no caminho, e, sim, precisamente um salto. Pode-se estar de pleno acordo com o que dissemos até aqui sobre o crer e, no entanto, deparar-se com um obstáculo insuperável tão logo se requeira o reconhecimento da fé religiosa como necessária e plena de sentido, ou, que se realize esse crer.

Por que – é o que se ouve dizer – por que não basta para o homem o que ele naturalmente pode saber? Por que depender de notícias que ele mesmo não só não poderá jamais verificar como, sobretudo, tampouco demonstrar que são verdadeiras? Por exemplo, que Deus se fez homem para nos possibilitar uma participação na vida divina: eis aí algo que pela própria natureza das coisas, não se pode provar. Homem algum, por mais genial ou santo que seja, pode jamais fazer um confronto crítico desta mensagem com a realidade de que se fala. Mas isto é só *um* aspecto da questão.

O outro aspecto apresenta uma exigência quase ainda mais forte. Em todo crer, como dissemos, o decisivo é o “crer em alguém”, mais decisivo do que “crer em algo”, já que eu geralmente só aceito o “algo” por ter aceitado o testemunho de alguém”. Ora, mas esse “alguém”, cujo testemunho o que crê em sentido religioso aceita como verdadeiro e real, é o próprio Deus. Isto significa que neste caso somos enviados a uma testemunha com quem, além do mais, não podemos absolutamente encontrar-nos a modo de interlocutor humano, e que, por outro lado, exige de nós um assentimento total e tão incondicionado que não nos sentimos de modo algum prontos a dar.

É claro que conceber um tal testemunho dado pelo próprio Deus, ou dito de outro modo, o próprio pensar numa comunicação reveladora divina é inviável a não

ser que concebamos Deus como um alguém pessoal, capaz de falar. Porque o “Absoluto” não é capaz de falar. “A Transcendência” (Jaspers) igualmente não pode falar. Também não fala “O Fundamento do Mundo” da concepção panteísta. Quer dizer: fé na revelação só é viável se previamente se concebe Deus como um Alguém-pessoa, isto é, capaz de falar.

V

Para que se realize a fé em sentido religioso, quer dizer, na fala de Deus revelante, não se pressupõe só uma determinada concepção do Deus mas, além disso, uma determinada concepção que o homem tem de si mesmo.

Para estar preparado para o fato da revelação e da fé deve o homem se conceber como um ser com especial abertura para Deus. Estou me referindo aqui não à “abertura – capacidade de receber”, que é no que se constitui a natureza do espiritual; penso, isso sim, na “abertura-franqueza” própria do ser-criado enquanto tal e assim também ao homem, que por ser criatura espiritual, tem – por assim dizer – “de nascença” esta especial abertura para o Criador, pela qual a criatura permanece plenamente disponível para ser moldada como “barro nas mãos do oleiro”, quer dizer, por natureza à espera de uma nova ação por parte de Deus. Ora, essa intervenção ocorre naquela forma de participação vital que os teólogos chamam de graça, e ocorre também na forma de Revelação.

Mas naturalmente não é suficiente aceitar estas reflexões sobre a abertura criatural do espírito humano de modo puramente abstrato, como, por assim dizer, um teorema da Antropologia Filosófica ou Teológica: isso não basta para que se torne esperável a fé na revelação como ato vital. Requer-se ainda mais a realização dessa abertura na qual, por exemplo, com o coração vigilante, se oferece resistência a um sem-número de possibilidades secretas disfarçadas, não-declaradas, quase irreconhecíveis do fechar-se e da desatenção.

Nos *Pensamentos* de Pascal há um aforismo que nos faz compreender como é fácil que mesmo uma – como se diz – “boa consciência” possa também fechar-se contra o todo da verdade. Diz o aforismo: “Se não puserdes nenhum cuidado em conhecer a verdade, então achareis suficiente verdade no mundo para que possais viver satisfeitos. Mas se com todo o coração ansiais por ela, então não a há suficiente”.

Isto quer dizer que não é difícil tranquilizar-se com o que já se sabe; mas quem quer pôr o todo da verdade diante do olhar espera sempre uma luz nova além do que já sabe. A verdade é o todo mas, afinal, eu em coisa alguma vejo o todo.

Neste ponto é preciso dizer uma palavra sobre uma forma muito especial de se ser “crítico”, uma forma diferente da atitude que no campo das ciências com razão se requer. Para o cientista, isto é, para aquele que procura respostas exatas para uma determinada questão, ser crítico é não admitir como válido o que não foi provado: não deixar passar nada. Mas para aquele que pergunta pelo “todo em conjunto”, pelo último significado do mundo e do existente – isto é, para o que crê, e também para o que filosofa – ser crítico é algo fundamentalmente diferente, a saber: com o máximo cuidado considerar o todo da realidade e da verdade e não omitir nada.

O cientista diz: “Não deixar passar”, o que filosofa e o que crê dizem: “Não omitir”, que nem o mais mínimo seja perdido, encoberto, esquecido ou escamoteado, mesmo que talvez nem seja exatamente observável ou comprovável.

VI

Mas – poder-se-ia perguntar – e se alguém não pode, ou pensa que não pode, crer, ou simplesmente não quer crer? Ou formulado de modo diferente: Que dizer do tema da incredulidade?

Minha resposta seria algo assim como: antes de mais nada, muito cuidado com o termo “incredulidade”! Isto nos fará compreender o sentir da grande tradição teológica ocidental, e mais, esclarecerá o que sob o termo “incredulidade” há exatamente para ser entendido.

Tomemos o caso mais do que conhecido: alguém, sim, ouviu o anúncio da fé, mas esse anúncio não o atingiu (o que pode muito bem ocorrer pelo modo do anúncio). O ouvinte nem sequer percebe que poderia tratar-se, nesse caso, de algo que realmente lhe diz respeito ou talvez de uma notícia sobre-humana, fala de Deus, revelação e, compreensivelmente, não se efetua a fé. Mas *incredulidade* não é o nome certo para este não-crer puramente fático.

Incredulidade, em sentido preciso, é somente o ato espiritual pelo que alguém conscientemente recusa aceitar uma verdade que o atingiu como verdade divina. Dir-se-á, talvez – e com razão –, que é algo extremamente raro de ocorrer. Pois em geral, o adversário da fé é na realidade menos a decidida incredulidade do que esta profunda e arraigada desatenção de que falamos, e da qual Gabriel Marcel afirmou que a vida do nosso tempo tende não só a favorecer mas quase a impor.

Para terminar, ainda uma palavra sobre a especial situação de quem tem formação científica, do homem de estudos, do universitário, do intelectual. Precisamente o “sábio” tem uma especial dificuldade para crer. Pois quem alcançou um certo grau de consciência crítica não se pode dispensar de refletir sobre os argumentos contrários, deve considerá-los. Precisamente por isso – como disse Tomás de Aquino – quem pensa criticamente e ao mesmo tempo crê assemelha-se ao mártir, comparando assim ao testemunho do sangue que não entrega a verdade da fé apesar dos “argumentos” do Poder. A verdade de fé não pode ser demonstrada por nenhum argumento de razão positiva. Isso determina irrevogavelmente a situação de quem crê e, na verdade, não só sua situação *externa* para a qual vale desde sempre a regra: “Quem vai debater sobre a fé não deve pretender demonstrá-la e sim defendê-la”.

Mas, também a sua situação interna é fundamentalmente a mesma: também contra os seus próprios argumentos de razão não há – em última instância – outra possibilidade de opor-se que a defesa; portanto, não o atacar, mas o resistir.

E a questão é se não se daria alguma vez o caso – por algum tempo pelo menos – da necessidade de que essa resistência aos argumentos internos, do mesmo modo que o testemunho de sangue, tome a forma de um padecer silencioso, certamente não por uma questão de rigidez de temperamento, não por “heroísmo”, mas sim para que não percamos o que na Revelação foi previsto para nós e que só sob forma de fé temos: a participação não só no saber de Deus mas também em sua própria vida.

Recebido para publicação em 29-08-22; aceito em 17-09-22